

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL “CASA DE DONA YAYÁ”: BALANÇO E NOVOS DESAFIOS

PATRIMONIAL EDUCATION AT THE CULTURAL PRESERVATION CENTER
“DONA YAYÁ’S HOUSE”: EVALUATION AND CHALLENGES

* *Maria Lucia Bressan Pinheiro*, ** *José Hermes Martins Pereira*

RESUMO

O artigo discorre sobre o projeto de educação patrimonial desenvolvido pelo Centro de Preservação Cultural em sua sede, a Casa de Dona Yayá, imóvel datado de finais do século XIX e tombado pelo Condephaat-SP (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). O perfil e objetivos do referido projeto são apresentados em função de suas especificidades quanto à temática desenvolvida – a preservação do patrimônio cultural – e de sua inserção no universo das atividades de cultura e extensão. São discutidos, ainda, os principais desafios surgidos desde a implantação do projeto, reforçando o caráter positivo das ações já realizadas e da avaliação permanente do projeto.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Educação patrimonial. CPC-USP.

ABSTRACT

The paper presents the project of patrimonial education undertaken by the Cultural Preservation Center (CPC) in its venue, the “Dona Yayá’s House”, a late 19th century house, designated as a landmark by Condephaat-SP (Protection Council of the Artistic and Architecture Heritage of the State of São Paulo). The project’s profile and aims are designed in accordance with the specific thematic of the preservation of cultural heritage, and its insertion in the universe of the cultural and extension activities that constitute the scope of CPC. The main challenges arising from the implementation of the project and its present configuration are discussed, emphasizing its positive aspects and the importance of its permanent evaluation.

Key words: Cultural heritage. Patrimonial education. CPC-USP.

* Professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e diretora do Centro de Preservação Cultural da USP de junho de 2006 a abril de 2010 – *e-mail*: mlbp@usp.br. ** Bacharel e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Especialista em Laboratório do CPC de janeiro de 2008 a janeiro de 2010 – *e-mail*: jhermes@usp.br.

INTRODUÇÃO

Fundada em 1934 na capital paulista, a Universidade de São Paulo tem sua origem no bojo de um movimento intelectual e político que é precisamente o mesmo contexto de surgimento das primeiras preocupações preservacionistas brasileiras. Com efeito, no governo de Armando de Salles Oliveira, foi criado o Departamento Municipal de Cultura – dirigido por Mário de Andrade até 1938 –, embrião de um futuro Departamento do Patrimônio Histórico, que, a corroborar o vanguardismo de tais iniciativas naquele momento, só viria a ser implantado na década de 1970.

A USP é também detentora de um número significativo de edifícios tombados ou de interesse para preservação, de características bastante diferenciadas entre si, tais como a Faculdade de Direito, a ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”) e a Vila Penteado (atual sede do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que ocupa belíssima mansão Art Nouveau doada à Universidade em 1948) – exemplares remanescentes da fase anterior à mudança para a Cidade Universitária – e edifícios emblemáticos desta mudança, como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, de João Batista Vilanova Artigas.†

No entanto, foi apenas a partir da década de 1980 que a necessidade de instituir procedimentos visando a preservação de seu invejável patrimônio cultural começou a ficar evidente no seio da universidade – que, diga-se de passagem, até então era bastante alheia a esta problemática. Assim, foi instituída em 1987 a Comissão de Patrimônio Cultural, no âmbito da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (PRCEU-USP), que mais tarde, em 2002, se transformou em Centro de Preservação Cultural, o qual, a partir de 2004, veio a se instalar na Casa de Dona Yayá, imóvel localizado no bairro do Bexiga, destinado à USP por herança vacante. Em sua origem, portanto, o CPC foi criado como uma instituição de custódia do patrimônio cultural edificado da USP – do qual faz parte a sua própria sede.

Tanto o reconhecimento, por parte da Universidade, da necessidade de tratamento adequado aos

bens culturais de que é proprietária – que levou à criação do CPC –, quanto a própria instalação do Centro num imóvel localizado fora da Cidade Universitária evidenciam a busca, verificada a partir dos anos 1990, de recuperação do enraizamento urbano que a USP perdera. Esse processo corre paralelo à valorização das atividades de extensão levadas a cabo por várias de suas unidades, acompanhando as demandas da sociedade, o que caracteriza o tripé no qual se apoia a função social da instituição – ensino, pesquisa e extensão.

Assim, dentro desse quadro, o CPC-USP é um órgão que procura debater amplamente a questão do patrimônio cultural, tanto em seu aspecto material – sua conservação e restauração, à maneira tradicional – como em seu aspecto imaterial, inserido mais recentemente entre as preocupações patrimoniais, e que toca mais de perto a noções de inclusão social, identidade e cidadania. No que diz respeito à abordagem material do patrimônio, trata-se de contribuir para a definição de critérios e implementação de práticas regulares de intervenção conservativa para os bens culturais; quanto ao aspecto imaterial da questão, busca-se ressaltar o caráter de “construção” crítica que caracteriza a noção de patrimônio, e que, quando incorporada às ações e interações cotidianas, configura o protagonismo dos indivíduos enquanto sujeitos sociais. O ponto de partida deste amplo leque de questões é sempre o seu próprio imóvel-sede, isto é, a Casa de Dona Yayá.

É com tais objetivos e diante de um público diversificado de todos os pontos de vista que o CPC vem trabalhando, buscando desenvolver práticas sociais que contribuam para o diálogo entre a produção cultural da USP e a sociedade, num sentido bastante amplo.

De forma geral, as ações desenvolvidas procuram transformar o bem cultural Casa de Dona Yayá num lugar de memória [5], a partir de estratégias que possibilitem:

- reforçar a identificação da comunidade com o bem tombado Casa de Dona Yayá;
- possibilitar a realização de atividades que discutam a questão da história e da memória, vinculando temas e referências do cotidiano com questões de cidadania e urbanidade;
- criar referências e ampliar a identificação da comunidade com a Universidade;
- efetivar o caráter público e qualificado do patrimônio da Universidade;
- ampliar as trocas culturais entre a Universidade

† Também integram o patrimônio cultural da USP edifícios como: FAU-USP, Faculdade de Medicina, *campus* da USP em Pirassununga, Engenho dos Erasmos, Casa de Dona Yayá, Museu de Zoologia, entre outros.

e a sociedade, garantindo a realização de práticas qualificadas de cultura e extensão;

- produzir, a partir das atividades realizadas e dos resultados obtidos, uma reflexão acerca do papel da casa, do patrimônio cultural e da Universidade na situação urbana específica do Bexiga (enraizamento local).

Entre tais práticas, destaca-se o projeto de educação patrimonial do CPC, objeto do presente artigo, e atividade propícia a ensinar reflexões sobre os dilemas envolvidos na realização de atividades de extensão, de forma geral, num país de grandes carências e recursos limitados, como é o caso do Brasil.

Com efeito, as atividades extensionistas costumam ser enquadradas em algumas grandes categorias[‡], a saber: assistencialistas – quando suprem funções básicas cujo fornecimento pela esfera pública é insuficiente, como serviços de saúde, assistência jurídica, etc.; modernas – quando desenvolvem trabalhos de pesquisa que possibilitam avanços tecnológicos, incorporados às empresas privadas, geralmente na área de engenharia genética, farmacologia, informática, etc.; e emancipatórias – quando são voltadas para os excluídos, incentivando o protagonismo da comunidade e o fortalecimento da cidadania; encaixam-se aí as atividades ligadas à educação, identidade, expressão artística, etc.

Ainda que não seja possível nem desejável estabelecer uma hierarquia de valores entre elas, é evidente que, pelo seu caráter mais imediato, as atividades assistencialistas revestem-se, por vezes, de um caráter emergencial, ganhando, neste sentido, prioridade sobre as demais. Por outro lado, aquelas ditas modernas estimulam núcleos de pesquisa e podem constituir, também, significativa fonte de renda para os sempre escassos orçamentos universitários, favorecendo indiretamente, dessa forma, todo o conjunto de atividades extensionistas aí realizadas. Já as voltadas para emancipação social e individual – caso do projeto de educação patrimonial do CPC-USP – costumam enfrentar maiores dificuldades para sua sustentabilidade, na ausência do caráter emergencial ou de geração de renda verificados nas demais. O resultado é que às dificuldades intrínsecas à natureza sutil dos temas abordados

somam-se dificuldades práticas de toda ordem.

Neste sentido, discorrer sobre este projeto, que, implantado em 2004, tem alcançado resultados satisfatórios tanto numéricos[§] quanto qualitativamente, incita à reflexão sobre qual o lugar da ação educativa no universo das atividades de extensão universitária, sobretudo por se tratar de ações complementares à educação formal, herdando, por isso mesmo, muitos de seus desafios.

O PROJETO, SEUS OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O projeto Educação Patrimonial na Casa de Dona Yayá foi concebido em um momento particular de abertura pública do imóvel-sede do CPC. Tendo como público-alvo os alunos do ensino fundamental – mormente das escolas do entorno imediato –, as atividades desenvolvidas focaram-se, de início, na própria Casa e em suas particularidades estéticas e históricas, tematizadas a partir de informações sobre a arquitetura do imóvel e as intervenções de restauro ali realizadas, seus antigos moradores, suas relações com o bairro do Bexiga e deste com o contexto urbano mais amplo.

Tendo por base o escopo maior das ações desenvolvidas pelo Centro de Preservação Cultural, os objetivos do projeto têm como perspectiva consolidar uma permanente e crescente articulação entre a Universidade e a sociedade, além de promover ações de inclusão social utilizando, para tal, temas afeitos ao patrimônio cultural e ao seu uso qualificado. No que se refere ao “objeto” Casa de Dona Yayá, o projeto visa:

- mobilizar o interesse, a curiosidade e o respeito pelos bens culturais, discutindo a questão da história e da memória, relacionadas a temas e referências do cotidiano e questões de cidadania e urbanidade;
- conscientizar as crianças e adolescentes a respeito do valor da história e da memória do imóvel em seus vários momentos, sua relação com a história do bairro e da cidade e os diversos significados desta relação;

[‡] Conceituação apresentada no VII Seminário de Cultura e Extensão Universitária, promovido pela PRCEU em 2007.

[§] No período de 2004 a 2009, o projeto atendeu cerca de 16 mil visitantes, incluindo o público das apresentações do “Domingo na Yayá” destinadas à população infantojuvenil.

- despertar o sentimento de pertencimento e cidadania, incentivando a apropriação da história de um espaço público, reforçando assim o caráter público e qualificado do patrimônio da Universidade e da cidade de São Paulo.

Para tornar factíveis tais objetivos, o projeto desenvolveu-se a partir de duas atividades principais: as Visitas Monitoradas e as Apresentações Artísticas voltadas ao público infanto juvenil, estas últimas vinculadas ao projeto “Domingo na Yayá” e oferecidas no último domingo de cada mês como forma de trazer de volta à Casa os alunos atendidos nas visitas, reforçando os vínculos entre estes e um bem tombado pertencente à Universidade.

Nas Visitas Monitoradas, a Casa era apresentada a partir de sua história material, inserindo-a nas transformações do bairro e da cidade e valorizando sua estratigrafia arquitetônica, as técnicas construtivas e as alterações de uso. Da mesma forma, pretendia-se trabalhar com a história de seus moradores, destacando-se a figura central de Dona Yayá, no sentido de estabelecer bases para uma história social e dos costumes. O processo de restauração e conservação era assinalado como parte dos diálogos estabelecidos no presente com o passado, tal como as transformações ocorridas na cidade de São Paulo desde finais do século XIX – quando se iniciou a construção do imóvel – até a atual configuração urbana do bairro do Bexiga.

As visitas, com duração média de duas horas, ficavam sob a responsabilidade de monitores-bolsistas, alunos de graduação da USP capacitados previamente por meio de leituras e discussões em grupo. Cada uma delas recebia grupos de em média 35 estudantes, com os quais eram trabalhados conteúdos específicos, adequados à faixa etária do grupo e determinados a partir de três eixos temáticos norteadores:

- eixo urbano – focado nas transformações ocorridas na região central da cidade de São Paulo, com destaque para a inserção da Casa de Dona Yayá neste contexto;
- eixo restauro – centrado na estratigrafia arquitetônica da Casa e nos processos que levaram às intervenções conservativas e de restauro;
- eixo Yayá – focado na personagem que dá nome à Casa, discutindo aspectos ligados aos costumes e à cultura.

Cada visita iniciava-se por uma introdução – com apresentação de imagens no porão da Casa –, seguida da visita aos ambientes internos – quando eram apresentados detalhes históricos, arquitetônicos e sobre as intervenções de restauro – e de atividade final – especialmente preparada para a turma em questão e geralmente relacionada com as temáticas de reconhecimento acima descritas. As diversas atividades oferecidas, especialmente produzidas para este projeto, foram concebidas a partir de repertório lúdico conhecido e popular, como, por exemplo, jogo da memória, labirinto, gincana, desenhos de observação, etc., adequando o conteúdo e as solicitações realizadas às temáticas que se desejava abordar, bem como às faixas etárias dos alunos.

Ao longo dos anos, as parcerias estabelecidas desde o início do projeto propiciaram um número de atendimentos cada vez maior e mais diversificado, com destaque para o vínculo estabelecido em 2007 com a Secretaria Municipal de Educação (SME), que, por meio da disponibilização de transporte para os alunos e professores, permitiu trazer à Casa estudantes de regiões distantes que não poderiam se deslocar de outro modo até ela. Esse aumento no número de atendimentos gerou uma série de discussões sobre os objetivos e a própria dinâmica das atividades propostas, visto que não apenas o público atendido, mas também as suas demandas, haviam se diversificado.

Pode-se considerar que um fato disparador dessas discussões foi a percepção de que, não apenas para as escolas da região central da cidade como também para as escolas vindas de outras áreas da capital paulista, era necessário pensar em estratégias que possibilitassem aos alunos refletir sobre o bairro no qual eles residem e o que ali poderia ou não ser considerado patrimônio, já que a Casa de Dona Yayá, ainda que reconhecida oficialmente como tal, nem sempre se constituiu, para este público, como uma referência cultural.

Outro ponto a ser levado em conta foi o desinteresse em relação ao projeto, notado recentemente entre as escolas do entorno que, de algum modo, sempre foram alvo da atenção da Casa. Os roteiros de visita aplicados já não atraíam a participação de seus professores e coordenadores e muitos alunos já sabiam tudo sobre a Casa, a partir de visitas anteriores. Nesse sentido, tornou-se urgente elaborar novos roteiros e, sobretudo, novas propostas de ação que não apenas reacendessem o interesse sobre a Casa, mas também

trouxessem para o centro das discussões as especificidades das ações educativas em geral e da educação patrimonial em particular, sem, contudo, se perderem os critérios norteadores das ações extensionistas do Centro de Preservação Cultural.

NOVOS DESAFIOS

É consenso que toda e qualquer ação educativa deve ser permanentemente avaliada, questionada e reformulada. Assim como no campo da preservação dos bens culturais, com seus conceitos altamente especializados e suas particularidades no tocante ao método e à necessidade de uma abertura à transdisciplinaridade, os programas de educação patrimonial também necessitam de um discurso coerente, democrático e, sobretudo, vinculado à prática cotidiana dos órgãos e dos profissionais que deles se ocupam.

Neste sentido, ao se avaliar a experiência das visitas monitoradas à Casa de Dona Yayá, notou-se uma dupla polaridade das ações educativas desenvolvidas em bens tombados. De um lado, o status de um bem reconhecido oficialmente como patrimônio cultural aparece como uma diretiva intrínseca das ações ali desenvolvidas. Na outra ponta, situam-se os anseios de alunos e professores quanto às atividades extraclasse, não apenas por se tratar de um momento lúdico, mas também pelas potenciais conexões entre os temas trabalhados e os currículos escolares.

Sintomático dessa relação nem sempre harmoniosa entre os dois polos, o desinteresse de alguns alunos, associado à falta de preparo ou mesmo ao desinteresse por parte de muitos professores para com o tema do patrimônio cultural, constitui uma das principais dificuldades enfrentadas pelo projeto ao longo de sua aplicação. Não é objetivo deste artigo desqualificar ou questionar o papel dos professores na eficácia das ações desenvolvidas pelo CPC ou por qualquer órgão comprometido com a educação não formal. Contudo, tais dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos educadores – dentro e fora das salas de aula – trazem embutidas questões como a adequação e pertinência dos conteúdos, o repertório cultural dos alunos e a especificidade do discurso preservacionista.

Para que toda essa reflexão faça sentido, é necessário mergulhar em temas complexos, próprios dos estudos sobre a preservação do patrimônio, tais como a

“construção” crítica dos mesmos, apontada anteriormente, e sua pouca penetração entre o público menos especializado. No tocante à educação patrimonial, enquanto campo do conhecimento com metodologia e linguagem próprias, cabe incitar a discussão sobre o papel dos bens tombados para a formação de um repertório cultural comum, sem, contudo, desconsiderar a questão do acesso aos bens culturais e a diversidade – material e espiritual – característica do ambiente urbano.

Longe de propor transformações radicais nas visitas monitoradas, essa mudança de postura tem como objetivo principal a abertura de um leque de opções para que possam ser desenvolvidas, na Casa de Dona Yayá, ações de maior perenidade, que utilizem o bem tombado para promover a educação e não o contrário. Exemplos destas atividades são as diversas oficinas já oferecidas pelo CPC com o apoio de parceiros – Teatro, Origami, Fotografia –, as Rodas de Leitura e as apresentações do “Domingo na Yayá” destinadas ao público infanto-juvenil, que revelaram resultados tanto mais profícuos quanto maior a sua duração.

As próprias visitas, como carro-chefe do projeto, tornaram-se o laboratório para a elaboração de novas atividades, tais como jogos de observação, simulação de um “conselho de proteção ao patrimônio”[¶], trabalho com mapas e fotografias do bairro do Bexiga e atividades de interação destinadas aos alunos das séries iniciais, a fim de proporcionar a estes mais uma vivência com o ambiente da Casa do que uma atividade com conteúdo. Para os estudantes de regiões distantes da capital, os conteúdos das visitas buscaram relacionar o ambiente vivido pelos alunos em seus bairros à ampliação do conceito de patrimônio cultural, valorizando e tematizando espaços de habitação, lazer e trabalho.

Esse balanço das ações desenvolvidas pelo projeto Educação Patrimonial na Casa de Dona Yayá coincide com um novo momento na direção do Centro de Preservação Cultural. Contudo, já estão delineados os próximos passos dessa atividade, consolidada como um dos principais canais de comunicação entre um público mais amplo e o debate sobre a preservação dos bens culturais e seu uso qualificado. Em que pesem os problemas enfrentados, a orientação teórico-metodológica,

¶ Nesta atividade, destinada aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, era solicitado aos alunos que escolhessem bens que gostariam de preservar para, depois, realizar-se uma discussão sobre os valores embutidos em cada uma das escolhas.

ou mesmo as opções temáticas feitas em diferentes fases do projeto, o caminho percorrido até agora mostrou que muito já foi feito e que a avaliação permanente é condição *sine qua non* para a qualidade das ações no campo da cultura e da extensão universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.
- [2] DUARTE, P. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- [3] LANNA, A. L. D.; PRATA, J. M. O CPC-USP e a Casa de Dona Yayá: questões de gestão de um patrimônio cultural. **Revista CPC**, São Paulo, n. 1, novembro 2005/ abril 2006. Disponível em: <www.usp.br/cpc>.
- [4] LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- [5] NORA, P. Entre mémoire et histoire. **La problématique des lieux**. In: _____ (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto, Gallimard, 1997, t. I.
- [6] PINHEIRO, M. L. B. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco**, São Carlos, n. 3, 2006. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1984-45062006000000002&script=sci_arttext&tlng=pt
- [7] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL. **Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento**. São Paulo: Edusp/Imesp, 1999.
- [8] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL. **Casa de Dona Yayá**. São Paulo: Edusp/Imesp, 1999.
- [9] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL. **Projeto Educação Patrimonial na Casa de Dona Yayá**. Relatórios de atividades e aplicação de recursos apresentados ao Fundo de Cultura e Extensão. São Paulo: CPC-USP, 2007, 2008 e 2009.